



HORTAS COMUNITÁRIAS: UM NOVO PARADIGMA NA PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS NAS ÁREAS URBANAS

HUERTAS COMUNITARIAS: UN NUEVO PARADIGMA EN LA PRODUCCIÓN Y CONSUMO DE ALIMENTOS EN LAS ÁREAS URBANAS

Simone Aparecida Pellizon*

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de examinar o projeto de implantação de Hortas Comunitárias promovido pela organização não governamental Cidades Sem Fome, que busca promover a integração social de grupos vulneráveis, utilizando como ferramenta a introdução da horticultura, visando contribuir efetivamente para a melhoria da alimentação nas comunidades localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos. Confrontando o projeto das hortas com o movimento da agroecologia para analisar como a ação está interferindo nas perspectivas dos grupos envolvidos e nas políticas públicas sobre o uso do território na Região Metropolitana de São Paulo. E ainda, confrontando o projeto com o arcabouço teórico sobre desenvolvimento socioeconômico sustentável, sob a égide do movimento da Economia Solidária. A partir da revisão das informações sobre o uso dos espaços urbanos pela e para a comunidade na produção e consumo de alimentos orgânicos após a implantação das hortas, busca-se compreender as práticas e os instrumentos adotados com relação ao uso e ocupação do solo das metrópoles, almejando o desenvolvimento econômico e social de comunidades urbanas em situação de vulnerabilidade social. A relevância do tema de pesquisa está na contribuição que se pretende agregar na área de desenvolvimento sustentável, em especial nas ações implementadas pela sociedade civil, mas também nas políticas públicas que podem ser adotadas como instrumentos para combater a fome e a pobreza nos municípios brasileiros, acrescentando novos dados e informações para o debate e aprimorando a reflexão crítica do assunto.

Palavras-chave: Agricultura sustentável. Desenvolvimento socioeconômico. Economia Solidária.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo examinar el proyecto de implementación de huertas comunitarias promovidos por la organización no gubernamental Cidades Sem Fome, que busca promover la integración social de los grupos vulnerables, mediante la introducción de la herramienta de la horticultura, con el objetivo de contribuir eficazmente para la mejora de la alimentación en comunidades ubicadas en la periferia de los grandes centros urbanos. Confrontando el proyecto de las huertas con el movimiento de la agroecología para analizar cómo la acción está interfiriendo en las perspectivas de los grupos involucrados y en las políticas públicas sobre el uso del territorio en la Región Metropolitana de São Paulo. Y, además, comparando el proyecto con el marco teórico sobre el desarrollo socioeconómico sostenible, bajo los auspicios del movimiento de la economía solidaria. A partir de la revisión de la información sobre el uso de los espacios urbanos por y para la comunidad en la producción y consumo de alimentos orgánicos después de la implantación de las huertas, buscamos entender las prácticas y los instrumentos adoptados en materia de uso y ocupación del suelo en las metrópolis, teniendo como objetivo el desarrollo económico y social de las comunidades urbanas en situación de vulnerabilidad social. La relevancia del tema de investigación es la contribución que se propone añadir al ámbito de conocimiento del desarrollo sostenible, especialmente en las acciones llevadas a cabo por la sociedad civil, sino también, en las políticas públicas que pueden ser adoptadas como una herramienta para luchar contra el hambre y la pobreza en los municipios brasileños, añadiendo nuevos datos e informaciones para el debate y la mejora de la reflexión crítica del asunto.

Palabras clave: Agricultura sostenible. Desarrollo sócio-económico. Economía Solidaria.

* Mestra em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC) – Dissertação: Tecnologia Social: uma experiência cooperativista no ABC Paulista (2014) - Correio eletrônico: simoneufabc@gmail.com



INTRODUÇÃO

O tema da agricultura sustentável é muito relevante como ação visando à erradicação da fome e da pobreza, e ainda, por sua contemporaneidade e aderência aos problemas enfrentados pelas comunidades em situação de vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas do Brasil. A pesquisa sobre a implantação e o manejo de hortas comunitárias em áreas urbanas busca analisar criticamente o uso do espaço nas regiões metropolitanas em suas áreas periféricas, bem como sua interferência nos padrões de produção e consumo de alimentos nas comunidades.

A importância prática do tema se dá pelo fato de que as comunidades em situação de vulnerabilidade social enfrentam de forma mais brutal o encarecimento do acesso aos alimentos saudáveis e são mais vulneráveis em períodos de crise econômica, diminuição de renda e aumento do desemprego.

As hortas comunitárias se configuram como um relevante instrumento para o enfrentamento de problemas relacionados ao acesso à alimentação de qualidade pela população das comunidades em situação de vulnerabilidade social dentro dos espaços urbanos.

O país está relativamente urbanizado, com 15% da população vivendo em áreas rurais em 2013 (Banco Mundial, 2015). A maioria dos pobres vive em áreas urbanas e destina uma parte significativa da renda para a alimentação. Os pobres rurais são menos numerosos, mas a incidência de pobreza é mais do dobro das áreas urbanas, com aproximadamente 30%. A agricultura é também compradora e fornecedora de uma parte significativa da economia em relação aos insumos agrícolas, de agro processamento e varejo, com uma contribuição de mais de 17% do PIB e em torno de 18% do emprego (OCDE, 2014).¹

Esta pesquisa busca analisar uma ação que se mostra comprometida com o desenvolvimento sustentável, respeitando os princípios da função social das cidades e representando uma resistência ao atual modelo de ocupação e uso do solo nas áreas urbanas. A brutal desigualdade constatada na ocupação e uso dos territórios acentua os desequilíbrios entre as classes mais abastadas, com amplo acesso ao consumo de alimentos, em contraposição às classes mais pobres, que enfrentam dificuldades cada vez maiores para consumir alimentos saudáveis, em consequência do encarecimento dos recursos hídricos e energéticos.

Além disso, trata-se de uma abordagem pluridisciplinar dos problemas das áreas urbanas, por tratar de ações da sociedade civil que podem ser transformadas em políticas públicas, a partir de contribuições das ciências sociais

¹ Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE-FAO). **Perspectivas agrícolas 2015-2024**. In: Capítulo 2. Agricultura brasileira: Perspectivas e Desafios - Revista FAO. Página 4.



aplicadas, ciências humanas e ciências agrárias, privilegiando o diálogo entre os diferentes saberes, valorizando a diversidade das fontes de conhecimento e adotando uma perspectiva crítica e reflexiva.

O estudo de caso realizado para este trabalho engloba as hortas comunitárias, que representam uma das alternativas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis dentro das cidades, contribuindo para a erradicação da fome e da pobreza nas periferias dos grandes centros urbanos. Esse tipo de ação está inserido na agroecologia.

Existem várias conceituações para a agroecologia. Entre elas, destacamos que a agroecologia pode ser entendida como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva, com propostas de desenvolvimento participativo, desde as formas de produção até a circulação alternativa de seus produtos, estabelecendo relações entre produção e consumo capazes de encarar a crise ecológica e social. A agroecologia deve ser compreendida em uma dimensão integral onde as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante. As relações estabelecidas entre os seres humanos e as instituições que as regulam constituem na peça chave dos sistemas agrários, que dependem do homem para sua manutenção, respeitando ainda os sistemas de conhecimento local e tradicional, onde reside o potencial endógeno que garante a dinamização da biodiversidade ecológica e sociocultural.²

A partir dos anos 90, a concepção de agricultura passou a englobar em sua análise, além de conceitos sociais, econômicos e políticos, questões sociológicas e antropológicas. A agroecologia representa uma crítica ao modelo de desenvolvimento atual, bem como suas políticas de planejamento e gestão dos territórios destinados à agricultura, por entender que a conservação e reprodução do atual sistema agrário se relacionam com o tipo de sociedade capitalista na qual vivemos e, por consequência, se ampara nas relações que se estabelecem nessa sociedade tendendo a distanciar os grupos sociais.

Além disso, a agroecologia valoriza os saberes populares tradicionais, buscando compreender a diversidade de conhecimentos trazida pelas comunidades. Finalmente é uma forma de manejo de agroecossistemas sustentáveis que contribui para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

A agroecologia se configura em uma forma de resistência ao atual padrão de urbanização dos países em desenvolvimento, que é insustentável. As cidades e centros urbanos em países como o Brasil crescem com rapidez extraordinária, mas não há um planejamento para a ocupação e uso dos territórios nas metrópoles. Enquanto a urbanização que ocorreu em países desenvolvidos da Europa e América

² Fonte: Site <http://www.cnph.embrapa.br/organica/agroecologia.html>. Consultado em 28/09/2015 às 14h00.



do Norte levou séculos para se efetivar e foi consequência de oportunidades econômicas advindas da industrialização e do aumento da renda *per capita* da população, nos países em desenvolvimento da América Latina ocorre justamente o contrário: estão passando por uma rápida urbanização como consequência da fuga da população do campo para escapar da fome e da pobreza, buscando emprego e melhoria no padrão de vida. No entanto, ao se instalarem nas cidades esses habitantes que migraram das áreas rurais encontram dificuldades para sobreviver.

A urbanização em países de baixa renda é acompanhada de altos níveis de pobreza, desemprego e insegurança alimentar. Estima-se que em todo o mundo um bilhão de pessoas vivam em favelas, sem acesso a serviços básicos de saúde, água e saneamento. Cerca de 30% da população urbana do mundo em desenvolvimento – 770 milhões de pessoas – está desempregada ou são “trabalhadores pobres”, com renda abaixo da linha de pobreza.³

De acordo com dados disponibilizados no site da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2012, 85% dos pobres da América Latina e quase metade dos pobres da África e Ásia se concentravam em áreas urbanas, formando grandes aglomerados urbanos com pessoas socialmente excluídas que gastavam até 80% de sua renda com alimentação, mas mesmo assim apresentavam níveis de desnutrição, por ser uma parcela da população vulnerável aos aumentos de preços dos alimentos e níveis de desemprego.⁴

A metodologia foi a realização de um estudo de caso analisando as informações disponíveis sobre as hortas comunitárias implantadas pela organização não governamental (ONG) Cidades Sem Fome, cujo *slogan* é “Trabalho, renda e garantia de alimentação: Tudo começa com uma horta”, que introduziu 21 hortas comunitárias na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). E ainda, uma pesquisa bibliográfica básica sobre a relação de produção e consumo de alimentos nas áreas urbanas do Brasil, de modo a formar o arcabouço teórico que embasa o artigo.

3 Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). **Criar cidades mais verdes: Programa de Horticultura e Periurbana da FAO (2012)**. Disponível no site www.fao.org. Consultado em 28/09/2015 às 14h00. Página 2.

4 Fonte: Site <http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/hup/index.html>. Consultado em 28/09/2015 às 14h00.



DESENVOLVIMENTO

Nas hortas comunitárias é possível cultivar frutas, hortaliças, raízes, tubérculos, legumes e verduras, alimentos variados que contribuem para a elevação dos níveis nutricionais. A horticultura é praticada há muito tempo nas zonas rurais, mas é pouco praticada nas áreas urbanas por receber poucos incentivos, infraestrutura e capacitação que possibilite aos moradores implantarem e manterem as hortas em suas comunidades.

No entanto, é importante destacar que existem diversas iniciativas espalhadas pelo mundo, incentivadas principalmente pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) que até 2016 era denominado de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atua em ações e programas voltados para a superação da pobreza, bem como para a promoção da alimentação saudável e adequada no país. O MDSA é o órgão público responsável por promover programas em conjunto com governos estaduais, universidades e entidades públicas e privadas, para mobilizar e articular famílias dentro das comunidades para o fomento da agricultura familiar e para a criação de hortas comunitárias.

Estima-se que 130 milhões de habitantes urbanos na África e 230 milhões na América Latina praticam a agricultura, sobretudo horticultura, para fornecer alimentos a suas famílias ou obter renda com a venda dos produtos.⁵

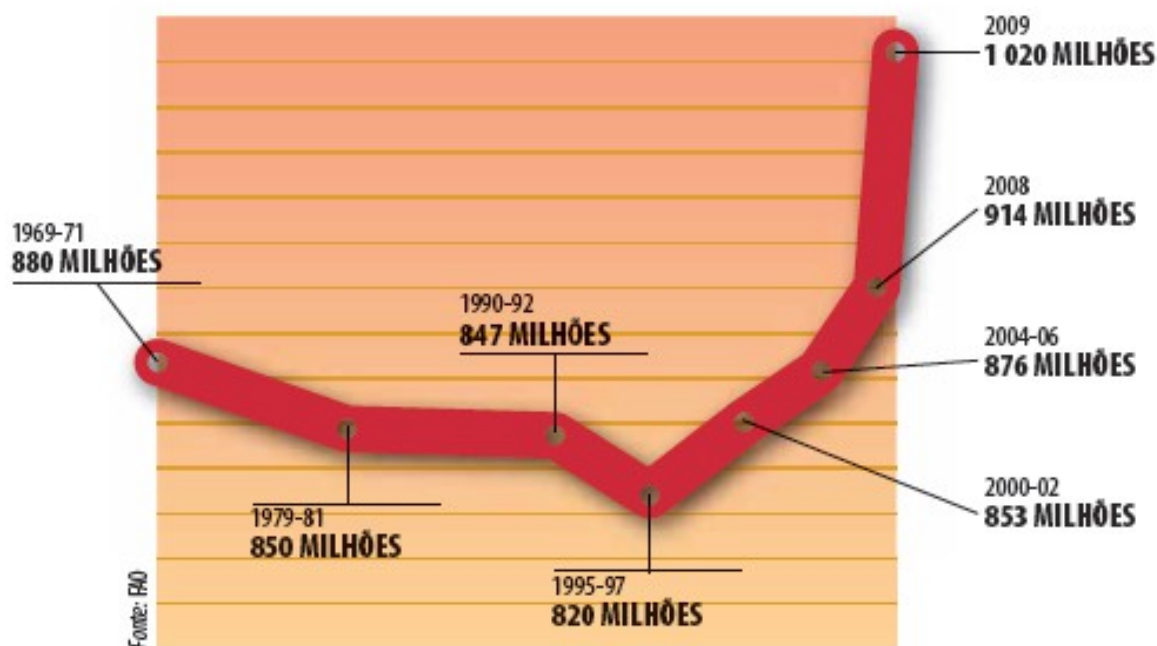
Estudos da FAO estimam que, após a recessão econômica iniciada em 2008, o número de pessoas no mundo que padecem de fome crônica aumentou para mais de 1 bilhão de pessoas, sendo que o maior aumento ocorreu entre a população urbana pobre.

⁵ Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). **Criar cidades mais verdes: Programa de Horticultura e Periurbana da FAO (2012)**. Disponível no site www.fao.org. Consultado em 28/09/2015 às 14h00. Página 4.



FIGURA 1. Número de desnutridos, 1969-71 a 2009

O maior aumento ocorreu entre pobres urbanos, mulheres e crianças.

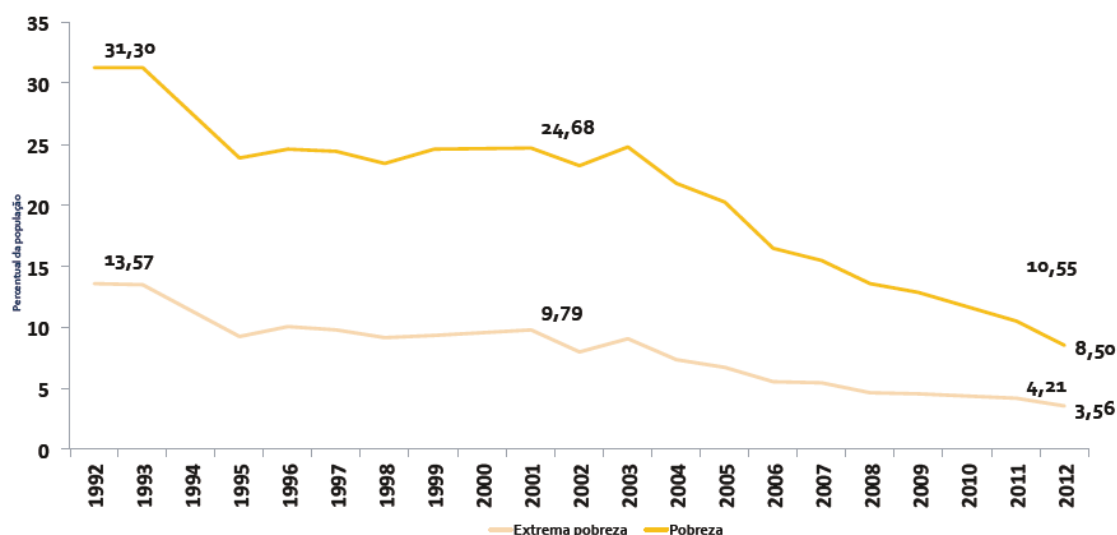


Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). **Criar cidades mais verdes: Programa de Horticultura e Periurbana da FAO (2012)**. Disponível no site www.fao.org. Consultado em 28/09/2015 às 14h00. Página 5.

Vale ressaltar que o Brasil tem apresentado melhora contínua em seus índices de pobreza e extrema pobreza, em especial a partir de 2003.



FIGURA 2 : EVOLUÇÃO DA POBREZA E EXTREMA POBREZA NO BRASIL 1992-2012, SEGUNDO PROPORÇÃO DE POBRES EXTREMAMENTE POBRES.



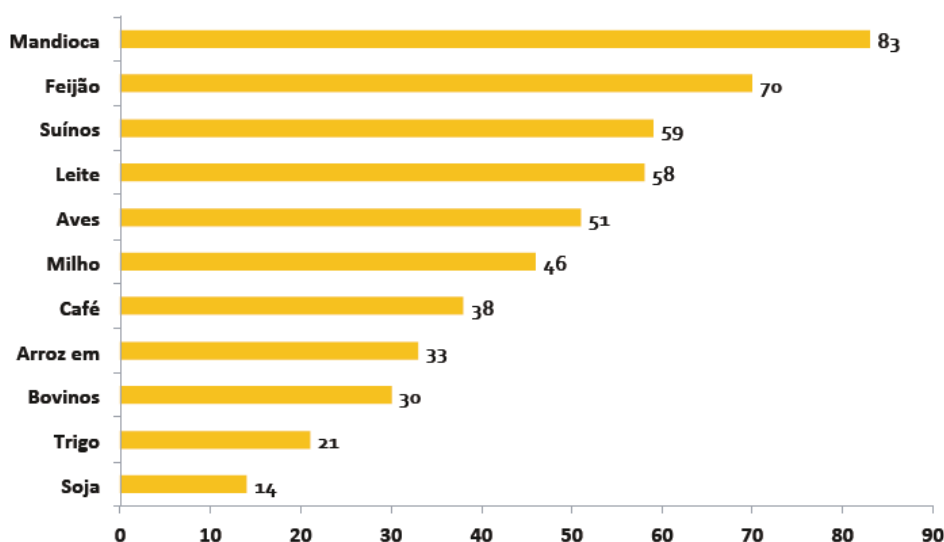
Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional. Relatório 2014.** Disponível no site https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf. Página 60.

Mas os desafios ainda são muitos, em especial quando analisamos as práticas de uso e ocupação do solo. O Brasil é líder mundial na produção de laranja, café e cana-de-açúcar e segundo maior produtor de soja, feijão e carne bovina, ainda assim convive com uma parte da população em situação de insegurança alimentar, o que expõe o fato de que a quantidade de alimentos produzidos no país não é um obstáculo rumo à erradicação da fome. A questão está no foco da produção agrícola do país: as *commodities* para exportação. Em 2012, ano em que o Brasil marcou mais um recorde na produção de grãos, a soja, a cana-de-açúcar e o milho foram responsáveis por 57,7% do valor da produção dos vinte principais produtos no Brasil.

Enquanto o uso de extensa parte das zonas rurais do território nacional está voltada para exportação, a base da alimentação da população brasileira é produzida com participação expressiva da agricultura familiar.



FIGURA 3: PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (%) – CULTURAS E PECUÁRIA. BRASIL, 2006.



Fonte: IBGE, 2006

Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional. Relatório 2014.** Disponível no site https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf. Página 55.

Esses dados demonstram a necessidade de se realizar uma reflexão nacional em relação ao equilíbrio entre a produção de produtos destinados ao mercado de *commodities* e de biocombustíveis, e a produção de alimentos destinados para o consumo da população brasileira. Assim como a agricultura familiar representa uma parcela relevante na produção de alguns alimentos importantes na alimentação dos brasileiros, as hortas comunitárias também podem representar uma solução para as comunidades que vivem nas regiões metropolitanas.

As hortas comunitárias urbanas são fonte de alimentos frescos e nutritivos durante todo o ano e, também, são fonte de renda com a venda do excedente desses produtos. Além da melhora da nutrição das pessoas, o valor obtido com a venda do excedente permite às famílias pobres das áreas urbanas direcionarem sua renda para outras necessidades básicas, tornando essas comunidades menos vulneráveis às oscilações nos preços dos alimentos.



O preço dos alimentos agrícolas para os mercados urbanos são instáveis e sofrem aumentos devido aos custos com transporte, empacotamento, refrigeração, mau estado das estradas e perdas em trânsito. Nesse cenário, as hortas comunitárias servem não apenas como fonte de alimentação saudável, mas principalmente como uma solução que promove sustentabilidade social, econômica e ambiental, pois garante segurança alimentar, trabalho e renda para comunidades urbanas em situação de vulnerabilidade social, gerando desenvolvimento comunitário sustentável e promovendo um meio ambiente limpo.

Outro benefício promovido pelas hortas urbanas é ambiental, por tornar as cidades mais verdes e aumentar a qualidade de vida da população. Em grandes cidades, como as da RMSP, as hortas servem para estabilizar terras ambientalmente frágeis, como encostas e margens dos rios, auxiliando na manutenção da estrutura e porosidade do solo, melhorando a recarga dos aquíferos e reduzindo escorrimentos, prevenindo desabamentos e inundações e impedindo que sejam usadas para a construção de moradias inseguras.

A escolha do Projeto Hortas Comunitárias da ONG Cidades Sem Fome, que possui 21 hortas implantadas na RMSP, se deve a transformação que estão gerando em terrenos públicos e particulares de uma região urbana, em especial nas zonas periféricas, conhecidas pela situação precária dos habitantes e pela carência de suas comunidades, visando melhorar a qualidade de vida por meio de ações sustentáveis de agricultura urbana, que utilizam processos de produção orgânica.

De acordo com informações disponíveis no site da ONG, em torno de 115 pessoas trabalham nesse projeto como agricultores urbanos, e considerando-se as famílias dos envolvidos diretamente com as hortas comunitárias, o projeto está garantindo a subsistência de aproximadamente 650 pessoas. Além disso, foram organizados 48 cursos de capacitação profissional em técnicas de produção de alimentos orgânicos em áreas urbanas e quase 1.000 pessoas já participaram, recebendo, inclusive, instruções sobre como buscar meios para comercializar seus produtos.⁶

A opção por estudar ações de combate à fome e pobreza especificamente na RMSP também considerou o fato de que esta região abriga importantes movimentos sociais e iniciativas inovadoras de geração de trabalho e renda e pela sua relevância em importantes experiências de economia solidária. Esta região, em especial o Grande ABC Paulista, até meados dos anos 80 baseava sua economia nas grandes indústrias, mas partir dos anos 90 foi paulatinamente perdendo seus polos industriais, devido à falência ou transferência das empresas para regiões que ofereciam incentivos fiscais. Esse fato provocou o fechamento de milhares de postos de trabalho, o setor de comércio e serviços cresceu e acabou absorvendo parte deste contingente, mesmo pagando menores salários, porém parte dos

⁶ Fonte: Site <http://cidadessemfome.org/pt-br/>. Consultado em 28/09/2015 às 16h00.



desempregados da indústria não conseguiu se reinserir no mercado de trabalho, colocando muitas famílias nos índices de pobreza da região.

A opção por esta ONG ocorreu devido à realização de diversos projetos voltados para a agricultura sustentável com base nos princípios da produção orgânica justamente em regiões urbanas que não tem tradição agroecológica ou proximidade com áreas rurais, portanto, ao mesmo tempo em que busca o desenvolvimento socioeconômico para os participantes dos projetos, quebra paradigmas ao inseri-los em um novo modo de produção e consumo de alimentos.

Além das hortas comunitárias, a ONG desenvolve hortas escolares e estufas agrícolas, se utilizando de áreas públicas ou particulares precárias e sem destinação específica. A partir de espaços urbanos abandonados são criadas oportunidades de alimentação, trabalho e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A organização foi fundada em 2004, na cidade de São Paulo pelo administrador de empresas e técnico em agropecuária e políticas ambientais, Hans Dieter Temp, e já recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais ao longo de sua trajetória, dentre os quais destacamos:

- Prêmio Milton Santos – Em 2014 por ter sido considerado um dos melhores projetos de organização e desenvolvimento social de São Paulo. O Projeto Hortas Comunitárias, que tem como meta desenvolver hortas para a otimização de espaços degradados e geração de renda para famílias carentes, foi homenageado na categoria projetos que resultem em novas formas de solidariedade social;

- Certificado da Rede Ashoka - Em 2013, o fundador da ONG foi selecionado pela Rede Ashoka, que é uma associação global de empreendedores sociais, pela sua visão e seu compromisso em gerar soluções inovadoras em relação a alguns dos maiores desafios da sociedade e provocar transformações com amplo impacto social;

- “Programa Caixa ODM” e recursos do “Fundo Socioambiental” da Caixa Econômica Federal – Desde 2012, a ONG recebe recursos da Caixa Econômica Federal, que selecionou projetos com foco na criação de trabalho e renda para conseguir a melhoria financeira das comunidades beneficiadas, conforme as metas estabelecidas pelos Objetivos do Milênio da ONU. A instituição financeira considerou que o projeto Hortas Comunitárias atendia todos os critérios e requisitos exigidos pelos Objetivos do Milênio/ONU;

- Prêmio FINEP de Inovação – Em 2011 ganhou o Prêmio de Inovação da FINEP na categoria “Tecnologia social” – 2º lugar região Sudeste. A FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) é um órgão público ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para projetos e estudos que tem como meta melhorar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil através de apoio público à



economia, tecnologia, inovação nas empresas, universidades, instituições técnicas ou outros estabelecimentos públicos ou particulares;

- Prêmio “Dubai International Award for Best Practice to Improve the Living Environment (DIABP) - Em 2010 foi escolhida por especialistas internacionais, como um dos doze projetos vencedores do prêmio da UN-HABITAT, o programa de urbanização da ONU e da cidade de Dubai, por meio do qual a cada dois anos são selecionados 10 projetos urbanos que trabalham para melhorar as condições de vida da população, com inovação, integração social e sustentabilidade;

- Prêmio-AEA de Meio Ambiente - Em 2009 o projeto Hortas Comunitárias recebeu o prêmio da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) que visava homenagear os empreendimentos cujos projetos tecnológicos e sociais beneficiavam o meio ambiente em relação à qualidade de vida.

A horta comunitária, além da questão socioeconômica, é um projeto de relevância na questão da promoção da segurança alimentar, entendida aqui como:

A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.⁷

O arcabouço teórico principal que norteia este estudo é a literatura sobre Economia Solidária, que é um movimento que conforma um conjunto de novas formas de organização do trabalho e da produção, englobando experiências coletivas como cooperativas de produção ou serviços, de crédito ou consumo, de habitação, de saúde ou escolares, associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, organizações populares e clubes de trocas, que pretendem formar um novo mercado, uma economia alternativa.

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). (SINGER; SOUZA, 2003, p. 13)

Uma grande variedade de organizações que se estendem em variados campos da atividade econômica conforma a chamada Economia Solidária, pois qualquer atividade produtiva teria condições, a princípio, de ser organizada como um

7 Fonte: Site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.ht. Consultado em 28/09/2015 às 16h00.



empreendimento solidário. A principal característica deste tipo de empreendimento é a autogestão, que significa que tanto o controle da organização como as decisões são assumidas pelos trabalhadores, que se reúnem para definir todos os assuntos: desde as questões mais cotidianas, como qual a cor dos uniformes e horários de refeições, até as decisões estratégicas, como a definição de metas de produção, como ocorrerá a participação nos resultados, a política de investimentos, de modernização ou de relacionamento com o mercado.

Os adeptos do movimento não entendem que o modo solidário de produção e distribuição seja apenas um híbrido entre a pequena produção de mercadorias e o capitalismo, acreditando que se trata de um modelo que supera ambos. Os princípios que norteiam as organizações da economia solidária são a posse coletiva dos meios de produção pelos produtores, a gestão democrática da organização, a repartição da receita líquida e a destinação do excedente por critérios negociados e aprovados por todos.

Essa economia abarca principalmente os trabalhadores marginalizados, pessoas humildes, com pouco ou nenhum estudo, sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça, e ainda, as pessoas estigmatizadas, como ex-detentos, ex-dependentes de drogas, moradores de rua, deficientes físicos, ou seja, abrange o público mais vulnerável ao desemprego e às transformações no mercado de trabalho e na organização econômica do Brasil e do mundo.

Para o público supracitado, a experiência associativa ou cooperativa vai além de uma possibilidade de geração de renda. Trata-se de uma vivência que contribui para o resgate da cidadania destas pessoas, pois são poucas ou nulas as áreas nas quais conseguem experimentar a igualdade de direitos, liberdade para se expressarem e serem escutados e, principalmente, perceberem que suas opiniões influenciam o destino da coletividade.

As origens do movimento remontam às lutas históricas dos trabalhadores que resistiram ao avanço do capitalismo industrial no início do século XIX, sendo que a alternativa encontrada na época foi a organização dos trabalhadores em forma de cooperativas. No Brasil, o movimento da Economia Solidária surgiu no final do século XX devido a mudanças econômicas e sociais no mundo que enfraqueceram o modelo tradicional de relação capitalista no mercado de trabalho.

Os empreendimentos solidários estão em expansão, se espalhando por todo o país, mesmo assim, é um conjunto com pouco peso econômico dentro do quadro ocupacional brasileiro. No entanto, estas organizações se destacam por gerarem mudanças nas relações de trabalho que aumentam a qualidade das condições para o trabalhador e por serem experiências educativas, pois além de uma opção econômica é ao mesmo tempo uma opção político-ideológica, na medida em que seus participantes estão se posicionando contra os valores dominantes baseados na competição, na hierarquia e no autoritarismo. A consequência direta é



revolucionar os modelos de relacionamento no trabalho, entre os cooperados, mas indiretamente influenciam os relacionamentos sociais dos cooperados com as famílias, vizinhos, autoridades públicas, religiosas ou intelectuais. Trata-se de uma alteração de postura tanto no nível individual como no social.

Por ser um movimento de resistência ao atual modelo, não conta com grandes apoiadores e financiadores, por isso a instalação e o início do funcionamento de um empreendimento solidário normalmente ocorre com o patrocínio de organizações externas como incubadoras, organizações não-governamentais, sindicatos, entidades religiosas ou outras empresas solidárias.

Os defensores da Economia Solidária admitem que a falta de emprego torna a situação mais propícia para a criação e expansão de empreendimentos solidários, pois são encarados como iniciativas eficientes de combate ao desemprego e à exclusão social. Por outro lado, afirmam que a Economia Solidária não nasceu para ser uma alternativa improvisada e temporária, sua lógica parte da crítica operária e socialista ao capitalismo, condenando o poder ilimitado do capital, que permite ao proprietário dos meios de produção e distribuição ditar todas as regras que afetarão a vida dos trabalhadores.

Os empreendimentos solidários servem como um modelo de organização democrática e igualitária, que além da situação do trabalhador dentro do empreendimento, também leva em consideração os efeitos na vida do trabalhador de forma ampla, como, por exemplo, a crescente desigualdade entre a classe capitalista e o proletariado, pois a primeira aumenta sua riqueza com a acumulação do capital, enquanto a segunda ganha apenas o necessário para reproduzir sua força de trabalho e produzir nova por meio de seus descendentes. Os partidários da Economia Solidária entendem que é inato ao capitalismo excluir parte da classe trabalhadora e distanciar continuamente a elite capitalista da massa de trabalhadores pobres, que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver, mas precisa encontrar quem a compre.

O capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente. Os meios de produção e distribuição tornam-se capital à medida que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto a maioria se limita à posse de sua capacidade individual de trabalho. Esta concentração do capital, que se encontra na origem do capitalismo, permite a invenção de meios automáticos de produção e distribuição, ou seja, em que o trabalho humano é substituído por forças “naturais” de animais domesticados, da água corrente, do vento etc. (SINGER; SOUZA, 2003, p. 11)

A Economia Solidária é um caminho alternativo válido para manter postos de trabalho, utilizar parques produtivos já instalados e gerar renda, mas seus empreendimentos podem também se inserir em mercados que exijam habilidades



administrativas mais aprimoradas e técnicas mais complexas. Este caminho representa uma opção democrática e igualitária para a organização da produção, contrastando com o sistema dominante.

O movimento é cético com relação à promessa capitalista de que o crescimento econômico pode ser globalizado e ilimitado, distribuindo benesses para toda a humanidade. Afirma que a história do capitalismo até aqui comprovou que o sistema está centrado nas necessidades, aspirações e propensão ao consumo daqueles indivíduos e países que detêm maior poder de compra. No desenvolvimento capitalista, quanto mais se produz e acumula riqueza, maior é o número de pessoas, comunidades e países excluídos da acumulação e, por consequência, do direito à vida digna, ao trabalho em boas condições e ao desenvolvimento, ou seja, entende que a desigualdade promovida pelo capitalismo é estrutural.

Assim os empreendimentos da Economia Solidária são meios para promover soluções para problemas de carências concretas da comunidade local, tais como: alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde. Aumentando o número destes projetos, defendem seus partidários, poderá ocorrer um incremento na participação civil, comunitária, surgimento de organizações de interlocução com agentes públicos e entidades locais devido às características intrínsecas desses projetos de envolver os beneficiários e torná-los agentes de mudanças. Além disso, acreditam que esses projetos podem ajudar a diminuir a desigualdade entre as sociedades e o desequilíbrio que causam no meio ambiente.

A questão da proteção ao meio ambiente é um tema bastante relevante na atualidade, pois os padrões de produção e consumo insustentáveis se disseminaram rapidamente nos países que atingiram certo grau de desenvolvimento, fato que começou a evidenciar um entrave: se estes padrões, de uso intensivo de energia, água e matérias-primas não renováveis, alta velocidade de troca de modelos dos bens duráveis, rápida obsolescência, baixa durabilidade e alto volume de geração de lixo, alastrarem-se por todo o mundo, o planeta não será capaz de absorver a poluição e os dejetos gerados.

Na Economia Solidária é possível adotar como critério norteador simultaneamente a questão econômica, a busca da equidade social e a proteção ao meio ambiente, pois as organizações pautadas pelos princípios solidários buscam o equilíbrio no local onde a comunidade está instalada e a utilização intensiva apenas da mão de obra, se mantendo moderada no uso de recursos financeiros e naturais.



CONCLUSÃO

O objetivo primordial deste artigo foi entender as consequências da implantação de 21 hortas comunitárias na região metropolitana de São Paulo pela ONG Cidades Sem Fome, com ênfase na interface população-ambiente, tendo como principais interesses de pesquisa as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável com enfoque no combate à fome e pobreza.

Verifica-se a ocorrência de mudanças socioeconômicas positivas nas famílias diretamente envolvidas com as hortas, mas ainda é necessária maior disseminação dos projetos e seus princípios, de modo a ampliar o impacto gerado nas comunidades periféricas onde foram implantadas as hortas.

Ressaltam-se as potencialidades dessas iniciativas, por representarem uma solução efetiva para inclusão social, desenvolvimento sustentável e melhoria na qualidade de vida, especialmente das populações em situação de vulnerabilidade social das áreas urbanas. Mas também se evidenciam seus obstáculos, por serem iniciativas que se contrapõem ao modelo dominante, são muitos os desafios enfrentados por esses projetos: não possuem fonte de financiamento garantido; o apoio que recebem, tanto administrativo e financeiro quanto técnico para pesquisa e desenvolvimento, é bastante insuficiente; atuam de forma dispersa e enfrentam resistência de grupos dominantes com interesses econômicos e políticos diversos.

A importância primordial deste tipo de projeto é que os alimentos advindos desses locais contribuem de forma efetiva para aumentar a acessibilidade à alimentação adequada, que é garantida pelos Direitos Sociais, conforme consta na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - fornecendo para a população mais pobre da região metropolitana alimentos saudáveis, a preço justo, e valorizando a comunidade local que é ao mesmo tempo produtora e consumidora.

Mas, além disso, ações como as hortas comunitárias podem ser inseridas na elaboração de políticas públicas voltadas para a gestão do espaço urbano dos municípios brasileiros, em especial podem ser aplicadas nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos, para aumentar a compreensão da população em situação de vulnerabilidade social acerca do complexo “população-ambiente-consumo” nos territórios das grandes cidades, provocando reflexões que abarcam questões econômicas, sociais e ambientais.

Para que ocorra uma efetiva transformação do atual paradigma de desenvolvimento, que busca a acumulação de bens e consumo excessivos, para um novo paradigma de desenvolvimento que busca produzir e consumir de forma sustentável, é preciso entender as profundas desigualdades econômicas e sociais que marcam os territórios brasileiros e estimular as populações mais atingidas pela



fome e pela pobreza a buscarem soluções locais, simples e de fácil reaplicação, para iniciarem mudanças efetivas em suas comunidades.

Constata-se que as pessoas se apropriam das hortas comunitárias como um contraponto à produção e consumo tradicionais de alimentos, ou seja, essas hortas demonstram um potencial transformador para as comunidades, gerando empoderamento para as pessoas envolvidas, não restringindo-se à satisfação de necessidades de sobrevivência em situações de vulnerabilidade social. Mas, por outro lado, estas ações não estão sendo desenvolvidas em organizações constituídas com base em princípios solidários e as pessoas beneficiadas não se enxergam como protagonistas dentro de um movimento mais amplo, como o da Economia Solidária.

Percebe-se que a implantação e o manejo das hortas comunitárias não objetiva inserir seus participantes em movimentos econômicos e sociais, seu foco é promover projetos sustentáveis de agricultura urbana, baseados em processos de produção orgânica. Mas, é fato que, ao estimular o desenvolvimento sustentável, acaba provocando nos participantes uma análise crítica sobre o abismo existente na distribuição de riquezas no país e no uso do espaço em áreas metropolitanas, bem como sua interferência nos padrões de produção e consumo de alimentos nas comunidades.

Finalmente, a implantação de hortas comunitárias em áreas urbanas, mostrou-se uma ação de baixo custo e baixa complexidade, com curto prazo de implantação e início de funcionamento, portanto pode ser adotada tanto por associações e cooperativas de bairros, ou ainda, pode ser implementada como política pública nos municípios que enfrentam altos índices de vulnerabilidade social, pois representam uma ferramenta efetiva no combate à fome e pobreza nos grandes centros urbanos.

REFERÊNCIAS

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MCT-CGEE. **Livro Azul: 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: CGEE-MCT, 2010. Disponível em:



<<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/327967.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Criar cidades mais verdes: Programa de Horticultura e Periurbana da FAO (2012)**. Disponível no site www.fao.org. Consultado em 28/09/2015 às 14h00.

_____. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional. Relatório 2014**. Disponível no site https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf. Consultado em 28/09/2015 às 14h00.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE-FAO). **Perspectivas agrícolas 2015-2024**. In: Capítulo 2. Agricultura brasileira: Perspectivas e Desafios - Revista FAO. Relatório completo em inglês no site: http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2015-en.

SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista Estudos Avançados**, n.18, v.51, 03 jul. 2004.

_____. **Desenvolvimento solidário: significado e estratégia**. 1º Seminário Nacional de Entidades Parceiras da Economia Solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0E4A31614/DESENVOLVIMENTO%20SOLID%20C%81RIO.pdf>>. Acesso em 9 jun 2014.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2005.